

EDUCAÇÃO FEMININA E EDUCAÇÃO MASCULINA NO BRASIL COLONIAL.

MARIA BEATRIZ NIZZA DA SILVA

do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Dois livros recentes publicados em França revelam tendências novas na área da história da educação. Ambos são trabalhos coletivos, o que mostra bem como determinados tipos de pesquisa histórica exigem uma estreita colaboração entre os pesquisadores, e ambos se preocupam com a exploração de novas fontes (1). Uma delas é constituída por catálogos de alunos; documentação muito rara, mesmo em França, onde sempre houve a preocupação de preservar os documentos, ao contrário da atitude comum no Brasil (2). A idéia básica que norteia estes estudos é a de que importa sair da simples análise das *teorias* educacionais formuladas no passado para o estudo dos *comportamentos*.

Aceitando em princípio esta idéia norteadora da pesquisa, vejamos se ela tem alguma viabilidade de ser posta em prática numa história da educação do Brasil colonial. Interessada em fazer um estudo comparativo da educação masculina e da educação feminina, é óbvio que gostaria em primeiro lugar de possuir dados numéricos sobre os efetivos escolares dos dois sexos, tanto mais que se sabe que as instituições coloniais, à semelhança dos colégios franceses, possuíam os seus livros de matrícula dos estudantes. Encontramos

(1). — Frijhoff (Willem) e Julia (Dominique), *École et société dans la France d'Ancien Régime. Quatre exemples Auch, Avallon, Condom et Gisors*, Paris, 1975; Chartier (R. Compère, M. M.), e Julia (D.), *L'éducation en France du XVIe au XVIIIe siècle*, Paris, 1976.

(2). — Os historiadores franceses só conseguiram localizar vinte catálogos, ou seja, um pouco mais de 8% dos 340 colégios. Até agora não foi possível encontrar nenhum livro de alunos do Brasil colonial; apenas descobri listas de estudantes que freqüentavam, não colégios, mas simplesmente aulas dos professores régios da Capitania de São Paulo.

referências a eles nos *Estatutos do Recolhimento de Nossa Senhora da Glória do lugar da Boavista de Pernambuco* e nos *Estatutos do Seminário Episcopal de Nossa Senhora da Graça da Cidade de Olin-da de Pernambuco*, ambos redigidos por D. José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho em 1798. No primeiro texto lemos:

“Terá enfim a Regente na sua cela o Arquivo do Recolhi-mento em armário fechado, onde estejam depositados, e bem acondicionados os livros, e papéis de importância, pertencentes ao governo da casa; assim os das entradas das recolhidas, e educandas, como os das receitas, e despesas, que estiverem findos” (p. 15).

O mesmo tipo de recomendação é feito no segundo texto:

“Finalmente terá o Reitor no seu cubículo o Arquivo do Colégio em armário fechado, onde estejam depositados, e bem acondicionados todos os livros pertencentes ao governo interior do Colégio, assim os das matrículas, e entradas dos colegiais, como os das receitas, e despesas, escrituras, legados, doações”. (p. 20).

Simplemente tais livros de matrícula ainda não foram locali-zados.

Através da análise dos Estatutos acima mencionados podemos conhecer, senão os efetivos reais dessas instituições, pelo menos a norma de aceitação dos educandos. No Recolhimento de Nossa Se-nhora da Glória recebiam-se educandas pobres “no caso de haver rendas bastantes”, e exigia-se que mostrassem os seguintes requisitos:

- 1º). — Que são filhas de pais brancos, e havidas de legítimo ma-trimônio.
- 2º). — Que têm sete anos de idade, e não padecem enfermidade grave, ou mal cóntagioso.
- 3º). — Que são naturais do mesmo bispado, órfãs ao menos de pais, e verdadeiramente pobres.
- 4º). — Que apresentem licença do Ordinário para os lugares, que pretendem”.

As mesmas exigências eram feitas (com exceção do 3º item) em relação às educandas sustentadas à custa de seus pais, parentes ou benfeitores. Vemos portanto que em matéria de educação a socie-dade colonial criava obstáculos às crianças de côr e às filhas do con-cubinato.

No caso das educandas pobres, a sua educação era feita entre os 7 e os 16 anos:

“serão sustentadas, e vestidas à custa do Recolhimento, até à idade de dezesseis anos, se antes disso não tomarem estado, ou outro honesto modo de vida, em que possam estar seguras da sua honra, e estado”.

Havia portanto uma idade máxima até à qual elas podiam permanecer na instituição de ensino, mas o texto nada nos diz no que se refere às educandas que pagavam a sua educação e provavelmente estas poderiam permanecer no Recolhimento mais tempo.

No Seminário Episcopal de Olinda nota-se idêntica divisão entre os seminaristas pobres, ou colegiais do número, e os colegiais extranumerários, ou porcionistas, que pagavam anualmente uma cõn-grua suficiente para sua sustentação. Nestes Estatutos nada é dito quanto à idade que deveriam ter os colegiais para serem admitidos, nem há qualquer referência ao número de anos que freqüentariam a instituição. Dos seminaristas pobres exigia-se que soubessem ler e escrever suficientemente, o que indica uma idade mais avançada do que os 7 anos das meninas do Recolhimento. Mas em relação aos porcionistas, tal exigência não é feita e por outro lado no currículo do Seminário aparece logo o ensino das primeira letras, o que nos faz supor que os meninos de posses faziam aí a sua alfabetização, enquanto os outros já entravam alfabetizados. Discrepância aliás lógica pois o Seminário tinha todo o interesse em conservar pelo maior período possível os colegiais pagantes e pelo menor período possível os colegiais não pagantes. A única indicação acerca da idade é fornecida pelo capítulo XV dos Estatutos:

“Ainda que não determinamos a idade, que deverá ter cada um dos estudantes para se matricular em algumas das aulas do nosso Seminário, e só sim para a entrada nos lugares de colegiais dele; contudo mandamos, que nenhum dos nossos diocesanos se possa matricular no curso teológico antes de ter ao menos dezoito anos de idade completos”.

A comparação dos dois Estatutos, elaborados pela mesma pessoa, no mesmo ano, para a mesma Capitania, permite-nos ressaltar as diferenças básicas entre a educação feminina e a educação masculina no Brasil colonial. As idéias do Bispo de Pernambuco sobre a educação das moças não difere daquelas que foram expressadas por Molière (3) ou Fénelon (4) e têm apenas como objetivo o aprimo-

(3). — *Les Femmes Savantes*, ato II, cena VII: “Former aux bonnes moeurs l'esprit de ses enfants/, Faire aller son ménage, avoir l'oeil sur ses gens,/ et régler la dépense avec économie/ Doit être son étude et sa philosophie”.

(4). — *Traité sur l'éducation des filles*: “Venons en maintenant au détail

ramento e a maior rentabilidade das duas funções primordiais da mulher: guardiã da economia doméstica, mentora dos filhos.

O mais interessante é que Azeredo Coutinho tal como Fénelon, seu modelo em tal matéria, se apresenta como um opositor daqueles que são contra a educação feminina:

“Aqueles que não conhecem o grande influxo, que as mulheres têm no bem, ou no mal das sociedades, parece que até nem querem, que elas tenham alguma educação; mas isto é um engano, é um erro, que traz o seu princípio da ignorância. As mulheres ainda que se não destinam para fazer a guerra, nem para ocupar o ministério das coisas sagradas, não têm contudo ocupações menos importantes ao público. Elas têm uma casa que governar, marido que fazer feliz, e filhos que educar na virtude” (p. 2).

Para obviar

“aos graves danos, que resultam do descuido dos pais de família na educação das suas filhas”,

urgia tirá-las de casa e inseri-las em instituições capazes de lhes darem tal educação. O Recolhimento aparece como uma delas no fim do século XVIII e resta aprofundar um pouco a diferença entre recolhimento e convento, pois no Brasil colonial sempre proliferaram os primeiros e escassearam os segundos. Vejamos como se constituiu este de Nossa Senhora da Glória em Pernambuco. O Deão da Catedral

“deixou em testamento todos os seus bens móveis, e de raiz a um certo número de donzelas, das quais já alimentava algumas recolhidas em uma casa, que pretendia erigir em Recolhimento formal” (p. 3).

O Recolhimento de Nossa Senhora da Glória,

“segundo o Direito, e conforme a vontade do seu fundador, estará sempre debaixo da jurisdição do Ordinário do lugar, ao qual, como seu legítimo prelado, prestará a devida obediência, e

des choses dont une femme doit être instruite, quels sont ses emplois? Elle est chargée de l'éducation de ses enfants; des garçons jusqu'à un certain âge, des filles jusqu'à ce qu'elles se marient, ou se fassent religieuses, de la conduite des domestiques, de leurs moeurs, de leur service, du détail de la dépense, des moyens de faire tout avec économie et honorablement, d'ordinaire même de faire les fermes et de recevoir les revenus.” (edição Garnier, s.d., p: 235).

dele receberá as ordens, e instruções, que forem necessárias para o seu governo, assim espiritual como temporal” (p. 5).

Não é feita qualquer referência a votos das recolhidas, mas o estilo de vida era totalmente conventual. Preconizava-se a simplicidade no vestir:

“As recolhidas quanto ao hábito se vestirão de côr honesta e do traje o mais simples, que puder ser, tanto na matéria, como na forma; e assim o véu, toalha, e tudo o mais, que for do vestido exterior, será de lã, ou de algodão, em que se veja o asseio, e a limpeza; mas não o enfeite, nem a afetação, que desminta o modo de vida, que elegeram; e esta mesma, simplicidade se praticará no calçado, aonde não deve aparecer ouro, ou prata, nem outra cousa, que encontre a pobreza, e a uniformidade, com que todas devem vestir, e calçar” (p. 29).

Definido como uma

“pequena sociedade de pessoas do mesmo sexo, que fugindo das inquietações do mundo, procuram o retiro, e sossego de um Recolhimento bem regulado, para viverem em paz, e poderem melhor servir a Deus” (p. 31),

o contato com o mundo exterior era cuidadosamente evitado, quer no que se referia às recolhidas, quer mesmo em relação às educandas. Ao determinar as funções da porteira e da rodeira, os Estatutos evidenciam essa preocupação em preservar a clausura: a porteira só poderia falar para fora pelo ralo da porta, esta não deveria ser aberta à pessoa alguma sem licença da Regente, e sem estar presente a rodeira, e abrindo-a o faria de modo que não pudesse ser vista de fora; todas as cartas só seriam entregues depois de abertas pela Regente e havia

“as casas das grades, ou locutório deputado para as visitas das pessoas de fora, que procurarem falar com alguma recolhida, ou educanda” (p. 23).

As meninas eram portanto educadas num ambiente de clausura, de fechamento numa pequena sociedade de pessoas do seu sexo. Aconteceria o mesmo com os colegiais do Seminário Episcopal de Olinda? Logo se percebe que não, na medida em que os Estatutos determinam roupas diferentes que os colegiais devem usar conforme estejam no Seminário ou fora dele: nas aulas usavam

“um roupão de druguete preto, a que chamam samarra, sem-sobremangas, abotoado todo por diante”, mas “na rua andarão vestidos de beca de durante roxo claro sem mangas, e aberta algum tanto pelos lados com cauda que dobre no chão um palmo” (p. 8).

Enquanto as moças tinham as suas cartas abertas antes de as receberem, os moços podias dirigir-se, com autorização do Reitor, à portaria para receber

“a visita, carta, papel, ou outra coisa, que lhe for mandada” (p. 23).

É certo que a clausura da educação feminina não devia ser exagerada, mas a única maneira que o Bispo de Pernambuco prevê nos seus Estatutos é a de proporcionar licenças para irem visitar as famílias, nas festas do Natal e Páscoa

“e naquelas ocasiões em que os pais das educandas por alguma justa causa quiserem ter suas filhas em sua companhia” (p. 117).

Mas mesmo para isso, Azeredo Coutinho sente a necessidade de apresentar uma justificativa:

“Não é por certo estranhável o moderado uso destas licenças, se bem se refletir nos fins principais, para que elas são concedidas; e vêm a ser: 1º). — para que as educandas nestas saídas da clausura, em que estão encerradas a maior parte do ano, desafoguem o espírito com a novidade da mudança da habitação, e com a renovação da antiga sociedade dos seus domésticos. 2º). — Para que com a longa ausência da grande sociedade do mundo não tenham as meninas aquela enganosa idéia do século que fazem de ordinário as pessoas, que desde a menor idade vivem na clausura donde olham para o mundo, como para uma espécie de encanto; porque o vêem de longe com admiração, e por falta de experiência não fazem mais do que exagerar na fantasia os prazeres, liberdades, e divertimentos, que nele se encerram; sem jamais descontarem os desgostos e amarguras, que nele se encontram. 3º). — Para que possam os mesmos pais contemplar de mais perto a decência, e cuidado com que as suas filhas são tratadas na sua ausência, e o progresso, que elas fazem nos estudos, em que são educadas assim no espirital, como no temporal” (p. 117-8).

Vejamos agora mais de perto o que eram esses “estudos” das meninas, analisando a II Parte dos Estatutos, em que Azeredo Coutinho parece seguir constantemente o *Traité de l'éducation des filles* de Fénelon. A tradução por vezes é literal, como passo a mostrar:

Estatutos

Cap. II. — Danos, que resultam da ordinária educação das filhas.

A ignorância de uma menina, criada na ociosidade, é causa que ela se enfade de si mesma, e não saiba em que se ocupe inocentemente. Quando chega a uma certa idade sem se aplicar a coisas sólidas, ela não pode ter gosto nem estimação do que é bom: tudo o que é sério lhe parece triste; tudo o que uma atenção continuada, a fadiga; a inclinação aos divertimentos, o costume de estar ociosa, e o exemplo das outras da mesma idade, e de igual condição, tudo concorre para a fazerem temer uma vida laboriosa, e regular.

Seria enfadonho mostrar aqui todas as coincidências entre os dois textos e portanto só acidentalmente me referirei a elas novamente. E é interessante o esforço de adaptação de um texto francês do *Traité* de Fénelon, mas que, quando o utiliza, o traduz literalmente. E é interessante o esforço de adaptação de um texto francês do século XVII à sociedade pernambucana. Ao referir-se à imaginação sempre fugidia das moças que vivem na ociosidade, Fénelon mostra que elas se apaixonam por romances, por comédias, por narrativas de aventuras quiméricas, habituando-se à linguagem magnífica dos heróis de romance; sabendo muito bem que essa não era a habitual atitude das moças pernambucanas, Azeredo Coutinho simplifica aludindo muito de passagem ao perigo que representam as “novelas, e escritos de fortunas quiméricas”, pois não era a leitura o maior perigo para as moças ociosas de Pernambuco.

A educação tradicional das moças em casa comportava os seguintes inconvenientes, segundo o bispo: ausência de ocupações (“e se é de nobre condição, lhe parece logo que é isenta do trabalho de mãos”) por ter uma mãe indolente, ou, quando não é esse o caso, por ter à sua volta “criadas lisongeiras”; ociosidade portanto que leva a moça a

“dormir mais tempo, do que é necessário para uma saúde perfeita; e deste demasiado sono vem a fazer-me mole, mais delicada, e mais exposta às rebeliões da carne”.

Traité

Chap. II — Inconvénients des éduca-tions ordinaires.

L'ignorance d'une fille est cause qu'elle s'ennuie et qu'elle ne sait à quoi s'occu-per innocemment. Quand elle est ve-nue jusqu'à un certain âge sans s'appli-quer aux choses solides, elle n'en peut avoir ni le goût ni l'estime; tout ce qui est sérieux lui paraît triste, tout ce qui demande une attention suivie la fatigue; la pente au plaisir, qui est forte pendant la jeunesse; l'exemple de personnes du même âge qui sont plongées dans l'amusement, tout sert à lui faire craindre une vie réglée et laborieuse.

Por outro lado a ociosidade

“produz nas meninas uma pernicioso sensibilidade para todos os divertimentos e espetáculos”, um gosto pelas novelas, e sobretudo uma curiosidade muito grande (“procuram saber tudo o que se diz, e o que se faz”)

e o hábito de falar muito.

Vistos os inconvenientes da educação habitual, passa Azeredo Coutinho a examinar os primeiros fundamentos da educação, repetindo as palavras de Fénelon:

“Para remediar os grandes danos, que causa o descuido dos pais de famílias, é muito importante, que se comece a educação das filhas desde a sua infância. Esta primeira idade, que de ordinário se entrega ao cuidado de mulheres indiscretas, e talvez mal criadas é todavia aquela em que se fazem as impressões mais profundas, e que duram toda a vida” (p. 63).

Defende-se portanto que a criança, em vez de ser totalmente abandonada à ama durante o período de criação, que se prolongava até aos 3 anos, fosse desde logo acompanhada pelos cuidados dos pais. Nessa fase a criança adquire a linguagem, exige um controle maior dos alimentos e dos horários, e além disso torna-se necessário satisfazer a natural curiosidade infantil respondendo às suas inúmeras perguntas.

As mestras do Recolhimento competia instruir as meninas nos primeiros princípios da religião e preservá-las dos “defeitos ordinários do seu sexo”. Aqui a dupla Fénelon-Coutinho dá largas às suas considerações sobre a “natureza” feminina: “por qualquer coisa, um susto, ou timidez indizível”; a “simulação e o artifício”; “o costume de falar muito”; e finalmente a vaidade.

“Elas nascem com uma propensão violenta de agradarem, ao que logo se segue o desejo extremo de serem vistas: os homens procuram pelas armas, ou letras, conduzir-se ao auge da autoridade, e da glória: as mulheres procuram o mesmo pelos agrados do espírito, e do corpo” (p. 84).

Até aqui a educação das meninas nada mais era do que uma *formação*; e quanto a instrução propriamente dita? O Bispo de Pernambuco é bem claro a tal respeito:

“A ciência das mulheres, assim como a dos homens, deve ser proporcionada aos seus empregos: a diferença das ocupações é a que faz a dos seus estudos” (p. 86).

E mesmo entre as mulheres, só aquelas que se destinavam à religião deveriam aprender latim e música, pois as que iriam viver para o marido, os filhos e o governo da casa se limitavam a aprender a ler, escrever e contar, coser e bordar. No fim do século XVIII, mesmo em Portugal, era necessário ser uma aristocrata excepcional como a Marquesa de Alorna para, em cartas a uma filha que ia casar, lhe recomendar que na distribuição do seu tempo pensasse também na

“cultura dos seus talentos”: “pode e deve uma senhora ler ou estudar aquela matéria que mais lhe importa saber, e com que o seu espírito se ilustra e recreia” (5).

Até no ensino das primeiras letras encontramos diferenças entre a maneira de instruir as meninas e aquela que se dirigia aos meninos. No caso das primeiras, acentua-se a necessidade de dar um carácter lúdico às lições de leitura, que se distribuíam pela manhã e pela tarde:

“para que elas aprendam com gosto, lhes fará das cartas do alfabeto, como quatro baralhos de cartas de jogar, em papéis mais pequenos; um dos quais contenha tantas cartas, quantas letras tem o alfabeto, cada uma com a sua letra escrita com os caracteres pequenos; outro baralho feito da mesma forma com todas as letras escritas com os caracteres grandes, ou iniciais; o terceiro, que contenha o mesmo alfabeto, escrito com os caracteres da letra romana, ou de imprensa; o quarto composto de dez cartas, em as quais da mesma sorte estejam escritas separadamente as dez letras do algarismo” (p. 100).

Com estes baralhos,

“como com uma espécie de jogo, que lhe faça suave o trabalho do estudo”,

ia a mestra ensinando a menina a conhecer as letras.

No capítulo equivalente nos Estatutos do Seminário Episcopal não se nota qualquer preocupação com o aligeiramento das aulas de leitura. As normas indicadas ao professor dizem respeito apenas ao cuidado que ele deve ter com a pronúncia das palavras, evitando que os seus discípulos digam *bento* em vez de *vento*, *aiagua* em vez de *a água*, *mio* em vez de *milho*, *treato* em vez de *teatro*, *me pai* em vez de *meu pai*, etc. .

(5). — *Inéditos. Cartas e outros escritos*, Lisboa, 1941.

Só depois de as meninas saberem ler “sem a necessidade de soletrar as palavras”, é que se iniciava a arte de escrever, seguindo-se portanto no século XVIII uma ordem inversa da atualmente em vigor no processo de alfabetização. Também aqui há normas que não aparecem nas recomendações aos professores dos meninos:

“as fará algumas vezes escrever cartas políticas a seus pais, e irmãos, para nelas lhes notar, e emendar os seus erros; e lhes ensinar a usar dos termos próprios para explicarem os seus pensamentos com ordem, e clareza, e de um modo breve, e conciso; cortando-lhes as palavras, ou períodos, que foram supérfluas” (p. 103).

Estas normas tendem a corrigir os defeitos femininos por excelência (a prolixidade e a imaginação errante) e por isso não aparecem nos Estatutos do Seminário.

Sabendo ler e escrever, as meninas aprendiam a arte de contar.

“Vencido o trabalho de decorar a tabuada, passará a ensinar-lhes a fazer contas de somar, diminuir, multiplicar, e dividir”, e “posto que seja espinhoso para muita gente, maiormente para as mulheres” este aprendizado, é dele que depende “a boa ordem das casas” (p. 104).

E finalmente as meninas dedicavam-se às atividades tipicamente femininas: coser e bordar. Atividades que aliás compunham toda a educação das moças no século XVII, pois, como podemos ver pelos processos de inventário e testamento da Capitania de São Paulo, os curadores dos órfãos apenas cuidavam em as mandar ensinar a coser e bordar, enquanto os moços aprendiam a ler, escrever e contar, antes de começarem a aprender um ofício.

No Recolhimento de Nossa Senhora da Glória, a aula de coser e bordar assemelhava-se a uma pequena manufatura caracterizada pela divisão do trabalho. A mestra tinha o cuidado de colocar num lugar as que faziam “costuras finas, ou grossas”; noutro as que bordavam “de linho, ou seda, de ouro, ou prata”; noutro as que faziam renda; e finalmente noutro as que faziam “meias, e redes de linho, algodão, ou de retrós”. Só às discípulas de maior engenho e propensão era ensinada a arte do Desenho e isto apenas porque o trabalho manual assim o exigia:

“as rendas, e os bordados dos panos, e das redes não podem ter o bom gosto, e a devida proporção sem as conduzir o conhecimento das regras do desenho”. (p. 106).

A atividade puramente mecânica de coser e bordar podia ser acompanhada de outras atividades para as alunas se distraírem:

“e então a Mestra lhes refira alguns passos da História instrutivos, e de edificação; e as faça entoar algumas cantigas inocentes, para as ter sempre alegres, e divertidas”.

No Recolhimento as educandas exercitavam-se numa arte difícil e absolutamente necessária à sua condição feminina: a

“arte de prender a seus maridos, e a seus filhos, como por um encanto, sem que eles percebam a mão, que os dirige, nem a cadeia, que os prende”.

Pois o marido, se

“não acha em sua casa um objeto, que o distraia, e divirta; ou vai procurar o divertimento em outra parte, ou se deixa conduzir por um amigo, muitas vezes falso, que debaixo do véu de um divertimento lícito, e honesto, o levará à casa de jogo”, o que representará a “perdição total da sua honra, e da sua casa” (p. 109).

A instrução adquirida pelos colegiais do Seminário Episcopal era bem mais complexa. Para seminaristas era imprescindível aprender a arte do canto:

“O Professor do Canto ensinará aos seus discípulos, não só a formar os sons, e a sacar as vozes com suavidade, e harmonia; mas também a ler, e escrever estes mesmos sons com as suas notas, pontos, pausas, sinais, e figuras: ensinará a conhecer as diversas claves, e as linhas em que elas devem ser assinadas, os tempos, o compasso, o valor de cada uma das figuras etc. Ensinará também a arte de compôr, e de combinar os diversos sons, e harmonias próprias para louvar a Deus” (p. 53). (6)

Exatamente por estar ligado à liturgia, o estudo do canto não parece ser comum a todos os colegiais, pois o professor só dava aulas aqueles estudantes que o bispo ou o reitor enviassem, ou aqueles que para isso tivessem licença (p. 54).

(6). — No século XVIII João Ribeiro de Almeida, mestre de cantar na Aula do Paço Episcopal de Coimbra, redigiu uns *Elementos de Música* destinados à mesma aula, que nos mostram bem o que era então um compêndio desta arte (Coimbra, Na Real Imprensa da Universidade, Ano ilegitivo, Com licença da Real Mesa Censória).

A Gramática Latina era por assim dizer o estudo básico da sociedade colonial, tal como o era da sociedade metropolitana (7). Havia no Brasil colonial professores régios que repartiam os seus discípulos em nove classes, conforme o seu aproveitamento o que parece indicar que os moços levavam 9 anos para estudar esta matéria (8), mas no Seminário de Olinda eram distribuídos por apenas 3 classes.

“O Professor de Gramática Latina dará aos seus discípulos da primeira classe, uma noção da Gramática Portuguesa, para que, com mais facilidade vão percebendo os princípios da Gramática Latina, advertindo-lhes tudo aquilo em que a portuguesa tem alguma analogia com a latina”.

Nesta classe traduziam já alguns períodos do português para o latim, notando-se a preocupação de evitar um estudo mecânico:

“e para que os seus discípulos não façam só uso da memória, mas também do juízo, e do discurso, mandará que eles dêem a razão das coisas” (p. 55-6).

Os alunos da segunda classe, já examinados e aprovados na Sintaxe e seus preliminares, traduziam Sulpício Severo, César, e Cícero “e de nenhuma sorte os poetas”, e estudavam as figuras mais usadas em latim e português. Os da terceira classe traduziam Salústio, Tito Lívio, e Terêncio;

“e quando mostrarem ter já adquirido bastante luz da língua latina na tradução da prosa, passarão para a tradução dos poetas de melhor nota, mas com muita sobriedade, tão somente para não ignorarem a versificação latina, e poderem entender as belezas da arte: e lhes fará ver as diferenças entre o estilo poético, e prosa: as qualidades dos versos, a sua medição, o uso das figuras poéticas, e tudo quanto pertence à sua forma material”.

É interessante notar que o estudo dos poetas devia ser feito “com muita sobriedade”, opinião aliás semelhante à de Verney para quem o latim se aprendia fundamentalmente lendo Cícero, César,

(7). — Luís Antônio Verney, na carta segunda do *Verdadeiro Método de Estudar*, escreve: “ouvi dizer que ocupavam seis a sete anos estudando Gramática...” (Lisboa, edição Clássicos Sá da Costa, 1949, p. 137, do vol. I).

(8). — Num outro artigo sobre a instrução na Capitania de São Paulo no período colonial desenvolverei este ponto.

Cornélio Népoté, Lívio, etc. . Mas este autor condescende com a leitura dos poetas desde que não sejam alunos obrigados a escrever poesia em latim:

“Assentamos que, para a inteligência da língua latina, é loucura obrigar a fazer verso. O mais que podem fazer, e que eu não reprove, é, quando o estudante sabe bem a língua latina, mandar-lhe traduzir alguns dos poetas antigos melhores, como Lucrécio, Virgílio, Ovídio, Horácio, Catulo” (9).

O estudo da Gramática Latina era pré-requisito para o aluno passar à Aula de Retórica, arte assim definida nos Estatutos:

“A Retórica é a que ensina a falar bem, supondo já a ciência das palavras, dos termos, e das frases: ela é a que ordena os pensamentos, a distribuição, e o ornato; e com isto ensina todos os meios, e artificios para persuadir os ânimos, e atrair as vontades” (p. 58) (10).

Deveriam os alunos seguir um compêndio tirado de Quintiliano e Cícero (modelos habituais nesta arte) e exercitar-se em composições oratórias e epistolares.

“Mandarà fazer elogios dos homens grandes, e darà regras sobre o exercício do púlpito, por ser este o ministério a que mais alta, e proveitosamente deve servir quanto há de melhor na eloquência”.

O que me parece mais original no currículo do Seminário de Olinda não é o fato de o estudo da Arte Retórica estar ligado ao da Arte Poética, pois isso era normal na época, mas sim o fato de o Professor de Retórica ensinar também História, pelo menos

“os elementos da História Universal por algum resumo sucinto, claro, e metódico”.

Para tal ensino eram necessárias contudo algumas precauções:

“Não fará discussões históricas que são impróprias da primeira idade: mas somente explicará os princípios gerais, em que se funda toda a História, fazendo-lhes saber as principais noções

(9). — *Ob. cit.*, vol. 1, p. 191-2.

(10). — Em *Linguagem, cultura e sociedade. O Rio de Janeiro de 1808 a 1821* (São Paulo, 1973, vol. II, p. 210-217, mimeografado) refiro mais longamente o papel da Retórica no período colonial.

de Cronologia, das épocas, e das suputações dos tempos em comum”.

Por seu lado o estudo da História aparecia indissolivelmente ligado ao da Geografia,

“com um ordinário conhecimento da esfera e dos mapas, de sorte que os estudantes saibam as situações da terra nos seus lugares principais, e possam buscar no mapa qualquer província, ou cidade famosa”.

O objetivo último destas aulas era dar a conhecer

“os fatos mais célebres do mundo civil nos seus diversos governos, e impérios mais famosos, especialmente no de Portugal”.

Tais matérias (Retórica, Poética, História e Geografia) ocupavam os colegiais durante um ano apenas, enquanto a Filosofia (Racional, Moral e Natural) era ensinada durante dois anos.

Na Filosofia Racional se incluía a Lógica,

“que dirige as operações do entendimento”,

a Ontologia, a Pneumatologia, dividida em Teologia Natural e Psicologia. Conjuntamente a Ontologia e a Pneumatologia constituíam a Metafísica,

“que trata dos primeiros princípios, e da Natureza espiritual” (p. 60).

A Filosofia Moral estudava

“a composição dos costumes” e “a moderação das paixões, em que consiste a felicidade da nossa vida”.

A Filosofia Natural por seu lado abrangia tudo o que pertencia à “contemplanção da natureza”.

Parece-me importante acentuar aqui o papel da Filosofia Natural no currículo do Seminário Episcopal de Olinda, até porque em geral os professores régios de Filosofia só se ocupavam de Filosofia Racional e Moral. O lugar ocupado por tal matéria não era muito grande, de acordo com a própria justificativa do Bispo de Pernambuco:

“são muitos os ramos das ciências, que têm por objeto a contemplação da Natureza, e nós no nosso Seminário, não pretendemos estabelecer um colégio de ciências universais; mas sim, e tão somente, uma escola de princípios elementares, próprios não só de um bom, e verdadeiro ministro da Igreja; mas também de um bom cidadão, e de um indagador da Natureza, que adora o Criador nas suas obras, e as faz servir ao bem dos homens” (p. 61).

De acordo com tal critério, haveria aulas de Física experimental mas só nos ramos de Mecânica e Hidroestática. Ensinar-se-iam

“os princípios necessários para a inteligência das máquinas, e das suas forças, cujo conhecimento é muito necessário para fazer mover, e levantar grandes corpos, e conduzir as águas em um país, cujo fundo principal consiste na Agricultura, e no trabalho de lavrar as terras, cavar, e extrair os minerais, etc.”

Depois de ter transmitido aos alunos algumas noções de História Natural, o Professor devia sair a passeio fora da cidade com os seus discípulos para os fazer ver no campo a natureza estudada em aula.

“Mas como a observação por si só não basta sem a experiência, deverá também passar para o conhecimento interno dos produto da Natureza, em cuja indagação consiste o principal objeto da Química”.

Com a Geometria os alunos se ocupavam durante um ano, começando contudo pela Aritmética, ensinada “por um modo conciso e abreviado” e só depois passando aos Elementos de Euclides, e em seguida à Trigonometria plana, e finalmente à Álgebra Elementar.

E chegamos finalmente, depois deste itinerário, ao núcleo profissionalizante do currículo, ou seja o estudo da História Eclesiástica, da Teologia Especulativa, da Teologia Prática, etc. Não só havia um mínimo de idade para estudar estas matérias (18 anos) como certamente elas não eram obrigatórias para os colegiais porcionistas.

Quanto ao ritmo de trabalho dos alunos do Seminário Episcopal, ele é-nos descrito em pormenor nos Estatutos. O ano letivo começava no dia 3 de fevereiro e havia aulas ininterruptamente até ao sábado de Ramos. Após o período de férias pascais, as aulas recommençavam e iam até ao dia 15 de novembro, devendo os exames anuais estar terminados até ao dia 7 de dezembro. Os jovens passavam portanto com as suas famílias em suas casas apenas uns dois

meses por ano. Havia contudo uma norma pedagógica importante, que ainda hoje é observada em alguns países como a França: nunca deveria haver cinco dias seguidos de aula e portanto a quinta-feira de cada semana era feriado.

*

Comparando portanto estes dois textos privilegiados por serem escritos pelo mesmo autor, no mesmo ano, referentes à mesma Capitania e a instituições educacionais equivalentes, podemos chegar a algumas conclusões sobre as diferenças que marcavam, no período colonial, a educação feminina e a educação masculina. É certo que lamento não poder apresentar dados numéricos sobre os efetivos escolares de cada uma destas instituições, nem tão pouco dados sobre a filiação e naturalidade dos estudantes que as freqüentaram, mas não há dúvida de que o estudo de *normas* do seu funcionamento representa já um passo à frente em relação ao simples estudo de *teorias* educacionais, até porque muitas vezes tais normas assentam em teorias, ou melhor, escolhem determinados enunciados das teorias então em voga.

Vimos que no caso da educação feminina, as normas estabelecidas pelo bispo de Pernambuco representavam uma adaptação e uma simplificação do *Traité sur l'éducation des filles*, de Fénelon. Quanto à educação masculina, embora os Estatutos redigidos por Azeredo Coutinho em nada contradigam a legislação vigente, nota-se um notável enriquecimento curricular, sobretudo no que se refere à introdução da Filosofia Natural e da História, amenizando os programas demasiados rígidos da Gramática Latina, Retórica e Filosofia Racional e Moral.

A análise comparativa dos dois Estatutos permitiu ainda verificar que a educação das moças era encarada fundamentalmente como uma *formação*, uma preparação para as tarefas próprias da condição feminina, reduzindo-se a *instrução* a aprender a ler, escrever, contar, coser e bordar. Estamos longe portanto daquelas aulas de Música e de Línguas vivas e de Literatura que na metrópole eram índices de uma instrução própria da alta nobreza. O abismo entre a educação feminina e a educação masculina no Brasil colonial afigura-se-me portanto mais profundo do que em Portugal, onde, pelo menos na educação aristocrática, moços e moças recebiam cuidados semelhantes nas mãos dos preceptores. Tudo se passa como se a situação colonial agravasse ainda mais a situação da mulher.